

Evasão Escolar: Um olhar cuidadoso para a saúde mental de adolescentes

School Dropouts: A careful look at the mental health of adolescents

Abandono Escolar: Una mirada atenta a la salud mental de los adolescentes

Recebido: 28/10/2025 | Revisado: 16/11/2025 | Aceitado: 17/11/2025 | Publicado: 19/11/2025

Vitória Barbosa da Silva¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1024-9093>

Escola de Saúde Pública do Distrito Federal, Brasil

E-mail: vitbarbosa.to@gmail.com

Patrícia Pinheiro Souza²

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6837-723X>

Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Brasil

E-mail: patricia-souza@escs.edu.br

Priscila Lucia da Silva de Moura³

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5970-4715>

Escola de Saúde Pública do Distrito Federal, Brasil

E-mail: priscila-moura@fepecs.edu.br

Resumo

A reforma psiquiátrica brasileira transformou o cuidado em saúde mental, promovendo a inclusão social e a autonomia de indivíduos em sofrimento psíquico. No contexto infantojuvenil, os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) foram criados para oferecer reabilitação psicossocial e acompanhamento clínico. Este estudo investiga os fatores associados à evasão escolar entre adolescentes em sofrimento psíquico atendidos neste serviço. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas com seis adolescentes em situação de evasão escolar que participavam ativamente de grupos terapêuticos. Os dados revelam que o sofrimento psíquico, o bullying, a discriminação e as dificuldades de aprendizagem são fatores centrais na evasão escolar. Comentários negativos de professores e experiências traumáticas na escola agravaram o afastamento. A evasão escolar está diretamente relacionada a falhas no acolhimento das demandas emocionais e cognitivas dos alunos pelo sistema educacional. Há uma interdependência entre saúde mental e permanência escolar. É essencial promover ambientes escolares acolhedores, com profissionais capacitados e suporte em saúde mental, visando reduzir a evasão e apoiar o desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-chave: Evasão Escolar; Saúde Mental; Adolescente.

Abstract

The Brazilian psychiatric reform has transformed mental health care, promoting social inclusion and the autonomy of individuals suffering from mental illness. In the context of children and adolescents, the Child and Adolescent Psychosocial Care Centers (CAPSi) were created to offer psychosocial rehabilitation and clinical follow-up. This study investigates the factors associated with school dropout among adolescents in psychological distress treated at this service. This is a qualitative study based on semi-structured interviews with six adolescents who had dropped out of school and were actively participating in therapeutic groups. The data reveals that psychological distress, bullying, discrimination and learning difficulties are central factors in school dropout. Negative comments from teachers and traumatic experiences at school aggravated the dropout. Dropping out of school is directly related to failures by the educational system to meet students' emotional and cognitive demands. There is an interdependence between mental health and staying in school. It is essential to promote welcoming school environments, with trained professionals and mental health support, in order to reduce dropout and support students' integral development.

Keywords: Student Dropouts; Mental Health; Adolescent.

Resumen

La reforma psiquiátrica brasileña ha transformado la atención a la salud mental, promoviendo la inclusión social y la autonomía de las personas que padecen enfermedades mentales. En el contexto de los niños y adolescentes, se crearon los Centros de Atención Psicosocial para niños y adolescentes (CAPSi) para ofrecer rehabilitación psicosocial y

¹ Escola de Saúde Pública do Distrito Federal, Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental Infanto Juvenil, Brasil.

² Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Brasil.

³ Escola de Saúde Pública do Distrito Federal, Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental Infanto Juvenil, Brasil.

seguimiento clínico. Este estudio investiga los factores asociados a la deserción escolar entre adolescentes con sufrimiento psicológico atendidos en este servicio. Se trata de un estudio cualitativo basado en entrevistas semiestructuradas con seis adolescentes que habían abandonado la escuela y participaban activamente en grupos terapéuticos. Los datos revelan que el malestar psicológico, el acoso, la discriminación y las dificultades de aprendizaje son factores centrales en la deserción escolar. Los comentarios negativos de los maestros y las experiencias traumáticas en la escuela agravaron la deserción escolar. La deserción escolar está directamente relacionada con las fallas del sistema educativo para satisfacer las demandas emocionales y cognitivas de los estudiantes. Existe una interdependencia entre la salud mental y la permanencia en la escuela. Es fundamental promover ambientes escolares acogedores, con profesionales capacitados y apoyo en salud mental, para reducir la deserción y apoyar el desarrollo integral de los estudiantes.

Palavras clave: Deserción Estudiantil; Salud Mental; Adolescente.

1. Introdução

Os CAPS, são serviços de saúde mental, ordenadores do cuidado e funcionam como um dispositivo porta aberta, atendendo a todos que o procuram, sem a necessidade de marcação ou encaminhamento (Brasil, 2015). Tem como objetivo ofertar atendimento às pessoas com sofrimento de saúde mental graves e persistentes, segundo a área de abrangência de cada local, oferecendo acompanhamento clínico e reabilitação psicossocial. São serviços substitutivos do modelo médico centrado e reduzir as internações, estimulando a autonomia, inserção na sociedade do indivíduo e sua família (Ministério da Saúde, 2005). Para as crianças e adolescentes, são os CAPSi (Centros de Atenção Psicossocial Infantil) que ofertam esse cuidado, englobando os adolescentes em sofrimento psíquico até os 18 anos incompletos, incluindo aqueles decorrentes do uso de álcool e outras drogas até os 16 anos (SES-DF, 2024).

O CAPSi enfrenta diversas demandas importantes no atendimento aos adolescentes, envolvendo sintomas ansiosos, depressivos, síndrome do pânico e alguns transtornos psicológicos, a evasão escolar aparece com frequência, associado ao sofrimento. Estudos apontam para um aumento na demanda ao longo do tempo, com características distintas entre os sexos, como queixas de automutilação mais prevalentes em meninas e problemas de comportamento, agressividade e hiperatividade mais comuns em meninos (Leitão et al, 2020). Além disso, dificuldades nos contextos escolares, envolvendo aprendizagem, atenção e comportamento, representam uma parcela significativa dos encaminhamentos que provêm das Unidades Básicas de Saúde (Pinheiro et al, 2017) e das escolas. Além de oferecer grupos terapêuticos regulares, o CAPSi frequentemente recebe os usuários de famílias com baixa renda e em situação de vulnerabilidade social buscando identificar as causas subjacentes ao abandono escolar, como dificuldades emocionais e familiares, falta de apoio na escola e problemas de saúde mental.

Em um contexto de preocupação crescente com o abandono escolar, é de suma importância considerar a interface entre saúde mental e o ambiente educacional. Sendo assim, os CAPSis, possuem a missão de oferecer atenção integral a crianças e adolescentes em sofrimento psíquico, que recebem diversas demandas de responsáveis que buscam compreender e lidar com os problemas de seus filhos. Na pesquisa de Ribeiro e Miranda (2019) salienta a relevância de um trabalho que seja territorialidade e colaborativo entre o CAPSi e outros segmentos, como a escola, visando uma abordagem eficaz do sofrimento psicossocial, tais achados destacam como as questões vivenciadas no ambiente escolar, como o bullying, dificuldades de aprendizado e a falta de apoio adequado – temáticas recorrentes nas narrativas de adolescentes que se afastaram da escola –, podem gerar sofrimento psíquico e motivar a busca por auxílio nos CAPSi, evidenciando a ligação inerente entre saúde mental e o abandono escolar.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, em sua pesquisa no ano de 2022, registrou que, aproximadamente, 2 milhões de crianças e adolescentes não estavam estudando (IPEC/UNICEF, 2022). As motivações para o esvaziamento das salas de aula são inúmeras, como exemplo, a necessidade de ser o provedor ou cuidador da casa ou pela dificuldade de acompanhar as aulas (Batista et. al, 2009) e (IPEC/UNICEF, 2022), de modo que as razões sofrem influências externas ou internas à escola. Sabe-se que a idade escolar é importante para o desenvolvimento humano e social de crianças e

adolescentes, por promover o convívio com pessoas da mesma idade (Rehbein et al, 2021) e que é o caminho para a formação da vida adulta e entrada no mercado de trabalho ou no ensino superior.

Para observar as causas do abandono escolar, é necessário um olhar ampliado, que não perceba apenas causas individuais e únicas, mas sim o contexto de vida do indivíduo, sua classe social, as questões culturais e históricas, pois esse acontecimento continua ocorrendo em grande demanda (Batista et al, 2009). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE (2020) que analisou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua, mostram que a necessidade de trabalhar, desinteresse no conteúdo e gravidez estão no topo dos motivos para a evasão escolar. A necessidade de trabalhar na adolescência evidencia as dificuldades que os jovens de baixa renda vivenciam, tendo que escolher entre estudar e trabalhar, e raramente conseguem retornar aos estudos. Diante disso, torna-se importante que as políticas públicas de permanência estudantil que ocorrem no ensino superior, sejam expandidas para o ensino básico.

A obra de Paulo Freire, “Pedagogia do Oprimido (1987), apresenta a reflexão de maneira aprofundada de como um trabalho pautado na liberdade e como meio de transformação social, propondo uma pedagogia que supere a “educação bancária”, onde o conhecimento é ofertado de maneira passiva para os alunos, de modo que utilize uma abordagem dialógica e problematizadora, valorizando as experiências e os conhecimentos prévios dos discentes. A obra enfatiza a importância de que os oprimidos, por meio da conscientização e da criticidade, possam se tornar indivíduos ativos durante o processo de aprendizagem de sua própria história, construindo uma educação verdadeiramente libertadora (Freire, 1987). Essa abordagem que vai contra a opressão, procura capacitar os sujeitos a “dizerem a suas palavras”, a fim de expressarem suas ideias, vivências e seus desejos, colocando-os como transformadores das suas histórias e da sociedade. A pedagogia de Freire (1987) se encaixa diretamente ao contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde a valorização da experiência e do protagonismo dos estudantes é fundamental para a promoção de inclusão e sucesso na aprendizagem.

A obra de Bell Hooks, "Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade" (2017), apresenta uma perspectiva transformadora sobre o papel da educação na promoção da liberdade e da justiça social. A autora argumenta que a educação deve ser um espaço de ruptura dos processos normativos que geram dinâmicas de poder e opressão. O processo de ensino-aprendizagem deve ser além de somente repassar os conhecimentos técnicos, mas de também promover o empoderamento para se tornarem questionadores do mundo, em busca de mudanças. Hooks (2017) elucida a necessidade de uma pedagogia engajada e comprometida, que valorize a experiência e a singularidade dos alunos, a fim de romper com estruturas marginalizadas e opressivas, abordagem essa, que foi inspirada e alinhada na proposta trazida por Paulo Freire em seus estudos, ao encontro de libertar tanto os oprimidos quanto os opressores, construindo um espaço de aprendizado mútuo, onde todos possam usufruir de um mundo mais ético e humanizado. No geral, a educação, para Bell Hooks, é uma prática de liberdade, que engloba conscientização crítica, diálogo e transformação social.

A saúde mental desses adolescentes também contribui para o abandono escolar, mas violências vivenciadas no ambiente escolar favorecem a desmotivação nos estudos. (Rehbein et al, 2021). Além disso, as condições sociais e familiares que geram rotinas desestruturadas causadas pela falta de afeto e do seguimento de regras, propiciam comportamentos desfavoráveis para o desempenho escolar, necessitando, portanto, de um trabalho em conjunto com o aluno, família, corpo docente e comunidade. que a escola acolha e veja esses alunos dialogando com a família, corpo docente e comunidade (Cid et al, 2019). É necessário observar os comportamentos das crianças e adolescentes no ambiente escolar, pois é possível perceber que algo está acontecendo quando esses comportamentos são muito retraídos ou exacerbados, quando afetam a interação e aprendizagem, também, deve-se levar em consideração a faixa etária do sujeito, para não confundir um aspecto esperado com algo patológico e problemático (Cid et al, 2019).

O cuidado na perspectiva psicossocial em saúde mental leva em consideração o físico, psicológico, ambiental natural e

social e busca refletir sobre a clínica dos transtornos mentais, considerando a importância da cultura e do cotidiano, apresentando-se de maneira ampliada, com demandas práticas voltadas para a interlocução e a avaliação contínua de intervenções comprometidas com o sujeito e seu contexto, podendo utilizar de abordagens terapêuticas em grupo e/ou individuais, que promovam autonomia, acesso ao território por meio da reinserção social (Alves e Francisco, 2009; Severo Ferreira et. al, 2022). Além disso, propõe superar a visão individualista do transtorno mental, considerando-o inserido no contexto de vida e buscando acompanhar continuamente com responsabilidades compartilhadas com os pontos da rede no qual está inserido.

Essa perspectiva vai contra a medicalização imediata, e sim na reestruturação de redes de apoio e atividades coletivas que proporcionem melhorias significativas no sofrimento de cada criança. Segundo Beltrame e Boarini (2013), as escolas estão percebendo quando as crianças e adolescentes apresentam alguma dificuldade no aprendizado ou estão com comportamentos prejudiciais, encaminhando assim para os CAPSi, de modo que possa ser investigado e/ou tratado. Esse tratamento no texto é ressaltado pelo “poder” da medicação de mudar o comportamento da criança ou de proporcionar maior concentração para realizar as atividades (Beltrame e Boarini, 2013), porém não é apenas esse uso isolado do fármaco que irá suprir essa demanda, se não foi acompanhada por outras atividades.

Este estudo investiga os fatores associados à evasão escolar entre adolescentes em sofrimento psíquico atendidos neste serviço.

2. Metodologia

A presente pesquisa é social com entrevistas de respondentes (Pereira et al., 2018). Ela é de natureza qualitativa, com coleta de dados e informação pela entrevista semiestruturada, que de acordo com Pondé, et al. (2009) é o modelo que direciona as respostas para a pergunta de pesquisa, mas que não limita, de modo que seja possível analisar assuntos relacionados à temática. Foi desenvolvido em um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil - CAPSi do Distrito Federal tendo como critérios de inclusão foram os adolescentes inseridos nos grupos terapêuticos para adolescentes deste CAPSi, que estiveram fora da escola no ano de 2023 e não retornaram em 2024, e/ou os adolescentes que estiveram fora da escola durante o período de realização da pesquisa. Foram incluídos os adolescentes que cumpriram os critérios de inclusão apresentados e manifestaram interesse em participar da pesquisa. Foram excluídos os adolescentes que relataram evasão escolar por motivos orgânicos.

Os grupos possuem em média 15 participantes, foram identificados 8 adolescentes que entravam no critério de inclusão, porém, apenas 6 adolescentes aceitaram participar da entrevista. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – CEP - FEPECS, CAAE 82009024.8.0000.5553, mediante o parecer consubstanciado nº 7.127.107. As entrevistas foram realizadas nas dependências do CAPSi após a assinatura do Termo de Assentimento Livre Esclarecido - TALE pelos adolescentes menores de idade, e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE por seus respectivos responsáveis, uma das adolescentes tinha 18 anos e realizou o preenchimento deste termo.

Foi utilizado a entrevista como um instrumento de coleta de dados, que permite o entrevistador obter informações pertinentes para a pesquisa em forma de “interação social” (Gil, 2008, p. 109) guiado por um roteiro semiestruturado por pautas, de modo que foi possível o entrevistador direcionar o entrevistado que discorreram de maneira espontânea. A análise dos dados deu-se pela abordagem descrita na Análise de Conteúdo segundo Bardin (2016) definida como “um conjunto de técnicas de análise de comunicação que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 2016, p. 44). Foi utilizada a técnica de Análise Temática, de modo que, as entrevistas gravadas foram transcritas e submetidas a uma leitura completa das transcrições para obter seu conteúdo e distinguir os temas. Segundo Minayo (2014) a análise temática é “considerada apropriada para as investigações qualitativas em saúde” (Minayo, 2014, p. 309).

3. Resultados

A idade dos participantes variou de 15 a 18 anos, as entrevistas ocorreram de modo presencial e individuais, onde uma adolescente solicitou a presença da mãe, duraram em média de 15 a 30 minutos, das quais foram gravadas e transcritas para favorecer a fidelidade das falas. A entrevista foi realizada com base em um roteiro semiestruturado contendo 14 tópicos, sendo eles 11 de perguntas e 3 de apresentação e agradecimentos. Os tópicos estão separados por 8 temáticas: Início (apresentação), Perguntas gerais, Motivações pessoais, Fatores externos, Fatores institucionais, Experiências pessoais, Reflexão e futuro e Conclusão (agradecimento).

Todos os adolescentes estão matriculados em alguma escola, seja no ensino regular ou no Ensino para Jovens e Adultos - EJA, desses apenas um estava frequentando a escola no período da pesquisa enquanto os outros seguem afastados. Os afastamentos variam de semanas a anos e, no momento da pesquisa, estão respaldados por atestados médicos emitidos durante o acompanhamento do adolescente no CAPSi, quando avaliado que ele não consegue retornar para o ambiente escolar, desses 3 possuem interesse em retornar para a escola e 3 não possuem o mesmo interesse.

Ir à escola era um ambiente que eles viam potencial e reconheciam a necessidade de ir, alguns gostavam de ir, para outros era uma atividade difícil de se realizar. As matérias favoritas dos adolescentes eram majoritariamente da área de humanas, e a que mais possuía dificuldade era matemática.

Os adolescentes acreditam que os professores eram bons profissionais, apesar das dificuldades de lidar com alguns aspectos. As escolas possuíam estrutura regular para receber os alunos, todas contavam com biblioteca. A coordenação escolar e o Serviço de Orientação Educacional foram utilizados como apoio durante o período escolar.

Todos os adolescentes referiram sofrer com experiências negativas na escola como bullying por parte de outros alunos, dos 6 adolescentes, 3 sofreram bullying por parte de professores. A exclusão social também foi um fator negativo que influenciou no afastamento dos adolescentes.

As entrevistas realizadas resultaram em 4 categorias temáticas advindas da coleta de dados de acordo com Bardin (2008), que reconhece os temas como como unidades de registro, que classificam e influenciam valores, crenças, opiniões etc. Sendo elas:

- A. Motivos para o afastamento escolar;
- B. Experiências nas escolas;
- C. Impactos do afastamento e perspectivas;
- D. Papel do CAPSi e terapias no cuidado em Saúde Mental.

Durante o processo de realização das entrevistas, a pesquisadora percebeu como era importante que os adolescentes participassem de tornar esse estudo viável a partir de suas falas, como também de terem autonomia de comporativamente a construção, sendo assim, os próprios adolescentes escolheram os nomes fictícios que estão identificados nas falas adiante, seguindo os critérios de assegurar o sigilo de cada um.

A. Motivos para o afastamento escolar

A1. Bullying e Discriminação

O bullying é um tema recorrente como causa de afastamento escolar, esse comportamento é de caráter recorrente e proposital, causado por um agressor de forma verbal (xingamentos, intimidação, discriminação etc.), física e/ou psicológica, tendo como foco uma vítima e podendo estar diante de espectadores, gerando sofrimento, ansiedade e constrangimento para quem sofre (Soprani et al, 2024; Malta et al, 2010).

A discriminação é uma das maneiras de concretizar o bullying, tendo em vista que em vários momentos as piadas e

chacotas realizadas contra as vítimas vão de encontro a questões de aparência, cor da pele, aspecto do cabelo e gênero (Malta et al, 2010; Rolim, 2016).

Diante disso, os adolescentes trouxeram que esse comportamento era recorrente no dia a dia escolar, tanto por parte de colegas quanto de professores, sendo um dos principais motivos para o afastamento.

“(...) dos 5 aos 9 eu sofri bullying porque meu cabelo era cacheado, bem cacheado mesmo e eles passaram pasta de dente, me chamavam de cabelo de bombril (...) com uns 6 ou 7 anos, uma professora fazia bullying comigo porque eu não sabia ler (...)” - Ka

“principalmente alunos (...) fazendo bullying com ela era por causa do cabelo, da cor entendeu tudo isso (...)” - Mãe da Raquel

“(...) teve uma professora que fez bullying comigo pois eu não sabia ler ainda ela me chamou de burra e que eu não ia ser nada na vida, aí isso gerou um trauma também e além de sofrer bullying da professora, eu sofria bullying dos alunos também” - Mahina

Apesar de boa parte dos casos de bullying terem ocorrido antes do afastamento escolar do último ano analisado na pesquisa, os adolescentes reforçam como esses acontecimentos prévios são fatores que contribuem para o afastamento atual.

“Eu já fui chamada de muitas coisas na escola que não quero repetir aquilo, eu só recordo do bullying e isso gerou muito trauma na minha cabeça (...) Por causa das coisas que aconteceram comigo, não me sinto mais segura, eu não consigo, eu começo a ter crise de ansiedade aí é difícil para mim, porque na escola que eu to agora eu não tenho amigo nenhum (...)” - Mahina

“eu sofri bullying no Fundamental 2 antes de entrar no ensino médio, eu tenho certeza absoluta que influenciou no início da apresentação das minhas crises de pânico, (...) e eu acredito que a falta de adequação para mim no ambiente escolar quando eu cheguei no ensino médio influenciou na minha saída, no meu atestado médico para mim sair do ambiente escolar, porque eu tinha crise de Pânico e não sabia lidar com essa questão na sala de aula, então acabava que o ambiente era muito inadequado para mim ficar, como se realmente não tivesse um lugar para mim ali, como se não existe espaço para mim ali” - Michael

O bullying e a discriminação começam muitas vezes de maneira isolada e silenciosa, de modo que as vítimas não conseguem pedir ajuda, seja por serem tímidos ou em decorrência de ameaças advindas dos agressores, esse medo gerado pela possível descoberta do sofrimento, causa nos alunos uma queda no rendimento escolar, causando assim dificuldades na aprendizagem ou até mesmo no afastamento dos adolescentes desse ambiente (MEC, 2017).

De acordo com o Paranahiba e Paranahiba (2016) é necessário utilizar do Estatuto da criança e do Adolescente Lei 8.069/90, como um instrumento de combate ao bullying, seja na escola com os alunos que o cometem, com a família e para com a sociedade, mostrando que existem pontos básicos que especificam o cuidado a essa população

Pela proteção integral, criança e adolescente devem receber atenção prioritária da família, sociedade e do Estado, sendo tratados com absoluta prioridade, a fim de se desenvolverem adequadamente, livres de qualquer tipo de agressão (art. 227 da

CF, art. 3º e 4º do ECA). Os interesses da criança e do adolescente devem preceder a qualquer outro, sendo tratados em primeiríssimo lugar (Digiácomo, 2013, p. 5-6).

Desse modo, o bullying pode ser considerado uma ameaça ou violação dos direitos de crianças e adolescentes ao desenvolvimento saudável e harmonioso, preconizado no art. 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente, podendo inclusive consolidar um ato infracional. Portanto, o ECA prevê a responsabilidade da família, da sociedade (especialmente as escolas) e do Poder Público no combate ao bullying, além de viabilizar a aplicação de medidas de proteção para as vítimas, visando evitar ou afastá-los de situações de violência verbal ou física (Paranahiba e Paranahiba, 2016).

Muitas famílias e escolas não possuem conhecimento de outras estratégias que podem ser implementadas para driblar as situações de bullying, acarretando o processo de adoecimento dos alunos que utilizam do atestado como um artifício para se protegerem e tentar reverter a piora do quadro. Os atestados, comumente, são emitidos principalmente pelos médicos dos CAPSis, que respaldam esses atestados pela avaliação multiprofissional, atrelados a atendimentos individuais e/ou em grupos no serviço. Com a escola é realizado mediação para que os alunos tenham acesso às atividades impressas e/ou remotas para evitar maior defasagem do aprendizado, esse processo é respaldado pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 que prevê o afastamento legal de crianças e adolescentes que estejam em acompanhamento de saúde à nível hospitalar, ambulatorial ou que necessitem manter-se em domicílio.

A2. Dificuldades de Aprendizado

A dificuldade em acompanhar o ritmo de aprendizado da turma, principalmente em relação à leitura e matemática, também desmotiva alguns estudantes desde a infância. Os relatos trazidos por alguns adolescentes foram de comentários de professores no início da vida escolar, que seguem com eles até a atualidade. Além desses, existem outros traumas que atravessam o afastamento escolar dos adolescentes que apontam para a escola como um local onde os estudantes podem sofrer.

O estudo de Cordeiro e Buendgens (2012) exemplifica por meio de uma pesquisa com adolescentes as motivações de alunos serem excluídos, além dos trazido no presente estudo, em 2012 já foi possível identificar que as exclusões também ocorrem caso os alunos possuem dificuldade para aprender, relatos que aparecem novamente em 2023, na perspectiva dos que sofrem com a rejeição.

“matemática, porque a professora me chamou de burra” - Raquel

“uma professora fazia bullying comigo porque eu não sabia ler” - Ka

“eu tinha muita dificuldade de entender as coisas um pouco, até para ler que eu demorei, eu demorei muito para ler (...) teve uma (professora) que fez bullying comigo pois eu não sabia ler ainda, ela me chamou de burra e que eu não ia ser nada na vida, aí isso gerou um trauma também. Além de sofre bullying da professora, eu sofria bullying dos alunos também” - Mahina.

Hooks (2017) discute como o sistema educacional pode perpetuar dinâmicas de poder e opressão, nos relatos acima é possível ler que a centralidade do poder do professor como detentor do saber e que os alunos são meros receptores, de modo que sua voz, seu conhecimento não é valorizado se não estão de acordo com o esperado. Esse comportamento corrobora para uma baixa autoestima e falta de vontade de estar nas aulas, considerando as falas e vivências trazidas pelos entrevistados.

A3. Problemas de Saúde Mental

A ansiedade, crises de pânico, e outros problemas de saúde mental são mencionados como fatores que dificultam a frequência escolar, principalmente quando relacionados ao estranhamento dos outros alunos e equipe escolar.

“eu percebi esse ano uma influência maior da turma para mim tá fora, mas no ano passado não, eu acho que eles tinham mais uma dificuldade de incluir tipo de não saber lidar com meu comportamento (...) eu compreendi isso, que era difícil também, eu estava chorando e todo mundo ficava meio sem saber como lidar com isso e eu também não conseguia lidar com isso” - Michael

Segundo a pesquisa de Frescura, et al (2023), contatou-se que a ansiedade e depressão são adoecimentos psíquicos com alto índice de sintomatologia provável e possível entre os adolescentes participantes, sendo 59,1% para ansiedade e 44,7% para depressão, “outros 22,1% relataram outros transtornos, como Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)”. No presente estudo 2 adolescentes referiram ter recebido o diagnóstico do TEA e uma já possuía o diagnóstico de altas habilidades, esses laudos podem auxiliar na adequação escolar e na diminuição de estresse e ansiedade, porém esse resultado só foi favorável para um dos adolescentes, que após o diagnóstico conseguiu retornar para escola.

“com ajuda e com o laudo de autismo que eu recebi, me ajudou a voltar” - Thales

Enquanto para outros, essa adequação não foi possível.

“(...) eu tinha recebido o diagnóstico de autismo esse ano, e a escola falou que não podia fazer nenhuma adaptação para mim até eu ter um laudo (...)” - Michael

Essa fala retrata a quebra dos direitos elencados pela Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, com direitos ao acesso escolar, estabelecendo a necessidade de adequações no ambiente escolar para garantir a inclusão de alunos com transtorno do espectro autista, como por exemplo, o parágrafo único do Artigo 3º assegura que "em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado". Importante mencionar que o Artigo 7º prevê punição com multa e até perda do cargo para gestores escolares ou autoridades competentes que recusarem a matrícula de alunos com transtorno do espectro autista (Brasil, 2012).

É indispensável destacar que a própria lei define a pessoa com transtorno do espectro autista como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais (Artigo 1º, § 2º), reforçando a aplicabilidade de outras legislações e normativas que protegem os direitos educacionais de pessoas com deficiência e estabelecendo um marco legal essencial para a promoção da inclusão escolar e o combate à discriminação (Brasil, 2012).

A socialização é um fator de extrema importância no desenvolvimento humano, principalmente durante a infância e a adolescência, sendo precursor para adquirir “habilidades sociais, emocionais, cognitivas e comportamentais” (Lacerda et al, s.d.). Nas entrevistas é perceptível a importância da dificuldade em fazer amigos e se sentir parte da turma, a sensação de exclusão, e a formação de “panelinhas” dificultam a inclusão se são mencionadas como fatores que contribuem para o afastamento.

“tive um problema com a escola desde que eu entrei no primeiro ano, já tinha sofrido bullying, problema

“com as meninas, sempre fui mais excluída, mais diferente dos outros e isso me desanimava porque ninguém queria fazer amizade comigo então eu ficava mais no meu canto (...)” - Thales

“eu tenho vergonha de conversar com outras pessoas e tenho dificuldade em fazer amigos, e aí fico sozinha num canto fazendo nada” - Ka

“aconteceu também de não ter lugar para mim sentar a não ser no meio de uma dessas panelinhas, porque tinha o lugar livre eu sentei nessa panelinha e o pessoal que tava lá tirou as cadeiras e montou um grupinho em outro lugar, para não ficar aonde eu estava, pelo menos foi o que eu entendi da situação, porque eu não consegui conversar com eles e talvez eu tava atrapalhando um pouco, então eu sinto que isso teve um peso para mim se afastar desse ano, porque eu não conseguia me conectar isso me causava um sofrimento muito grande” - Michael

Durante os relatos sobre socialização, foi possível perceber que os adolescentes possuíam facilidade em fazer amizades com pessoas que são semelhantes, e que também eram alvo de bullying e exclusão, porém enfatizam que esse movimento também trazia um certo sofrimento por viver as experiências negativas duplamente.

“os amigos que eu faço são, geralmente, as pessoas que são mais excluídas, são as pessoas que eu conseguir fazer amizade, porque eu também me sentia muito excluída, então acabou que foi meio que natural pessoas com TOD (Transtorno Opositor Desafiador) TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade). Eu tenho uma amiga que ela é deficiente intelectual e eu sempre sofri muito junto com essas pessoas de não ter adequações para essas pessoas, eu via que não tinha para mim, mas muito menos para elas” - Michael

“no primeiro ano já tinha sofrido bullying, problema com as meninas, sempre fui mais excluída, mais diferente dos outros e isso me desanimava porque ninguém queria fazer amizade comigo então eu ficava mais no meu canto, se eu tivesse amigos apenas poucos, dois no máximo ou eu ficava com outro menino que ninguém gostava, ele era autista, isso foi no meu primeiro ano” - Thales

As mudanças de escola, como uma alternativa de melhora no relacionamento escolar, a pandemia, e perdas familiares são outros fatores que contribuíram para o afastamento de alguns estudantes.

“(a pandemia) e mortes de familiares também, o meu avô morreu ele que às vezes me levava e trazia na escola, aí isso também me afetou, eu era apegada nele aí quando ele morreu eu tava com covid e não podia ir visitar e quando me liberou para eu visitar ele, ele morreu” - Mahina

“ela foi para uma escola, aí depois dela não deu certo também, que tava sofrendo bullying aí agora mudou, passou pra outra escola, e aí lá tem dia que ela fala assim ‘não mãe, eu não quero estudar, porque ta tendo bullying de novo’, mesma coisa, não tá adiantando de nada” - Mãe da Raquel

Essas trajetórias de sofrimento psíquico são uma das motivações mais trazidas pelos adolescentes durante a entrevista, reforçando como o cuidado em saúde mental e apoio psicológico são importantes para a permanência estudantil.

B. Experiências nas escolas

B1. Atividades extracurriculares

O acesso a atividades extracurriculares, como esportes ou inglês, não é uma realidade para a maioria dos participantes, onde apenas uma realizava atividade extracurricular no momento da pesquisa, desse modo não foi desenvolvido falas acerca dos assuntos, tendo suas respostas apenas com “sim” e “não”. Essas atividades são importantes pois promovem um outro olhar para a rotina educacional, auxiliando no desempenho escolar e na motivação positiva em seguir com os estudos (Da Cunha, 2013).

De acordo com a experiência profissional da pesquisadora no CAPSi onde foi realizado as entrevistas, a importância de atividades extramuros escolares era vista como de suma importância, e incluído no Projeto Terapêutico Singular - PTS, do paciente. Porém, nem sempre o paciente consegue realizar alguma atividade extra, levando em consideração os marcadores sociais de classe social, gênero e raça, por exemplo, pois nem todos terão as mesmas oportunidades e condições de acesso.

A falta dessas atividades é notável, pois quando as atividades são ofertadas de maneira regular, promovem um enriquecimento do processo de aprendizagem, momentos de socialização e suporte educativo, esses horários preenchidos de maneira eficiente, permite que os adolescentes se envolvam em outras atividades e relacionem a educação e a proteção social (Matias, 2010).

B2. Relação com corpo docente e pedagógico

O ambiente escolar proporciona uma gama de experiências e contatos com pessoas diferentes, incluindo o corpo docente e a coordenação pedagógica, essas pessoas são de extrema importância para o apoio e organização dos adolescentes nas escolas. Essa interação permite que a convivência seja colaborativa, onde os alunos possam aprender com os professores e alcançarem objetivos em comum. Alguns dos adolescentes entrevistados colocaram que o apoio da equipe foi fundamental para o enfrentamento dos dias bons e ruins na instituição.

“(...) Eu sempre tive uma trava muito grande na fala para conseguir interagir socialmente, conseguir falar com as pessoas, então por mais que eu gostasse muito era sempre muito difícil, mas com os professores eram até um pouco mais fácil porque eu acho que eles percebiam o interesse e eles procuravam também manter essa relação, continuar perguntando coisas, continuar passando informações (...)” - Michael

“quando eu passava mal tinha uma moça que ficava comigo, aí perguntava se eu estava bem, ela ligava pra minha mãe e as vezes eu ligava” - Ka

Os relatos dos adolescentes destacam a importância da relação com os professores. Alguns professores são lembrados por serem compreensivos e por incentivarem o interesse dos alunos, Bell Hooks (2017) enfatiza o papel do professor como um agente de transformação social, capaz de criar um ambiente de aprendizado mais acolhedor e estimulante, que pelo uso da ferramenta do diálogo promove uma educação libertadora e conscientemente crítica (Freire, 1987).

B3. Apoio da família

O apoio da família é apontado como um fator importante para a permanência dos alunos na escola, segundo Silva et al.

(2017), enfatiza que o apoio parental, manifestado através de confiança, auxílio nas tarefas e atenção às necessidades escolares, é um fator crucial para o sucesso e o bem-estar dos estudantes no ambiente escolar. Esse apoio familiar pode fazer uma diferença significativa no sentimento de inclusão e no engajamento dos alunos na escola.

Porém, na presente pesquisa, 5 dos 6 adolescentes não estavam frequentando a escola no momento da pesquisa, mesmo assim, referem terem tido apoio familiar no período distantes, e relatam que os pais ficam preocupados com o futuro, buscando saber como podem melhorar o ambiente para os filhos retornarem às instituições escolares.

“minha mãe queria que eu fosse né, porque ficar faltando não era o certo, só que aí eu não queria ir para escola, porque eu tava sofrendo bullying” - Raquel

“minha mãe fez uma ligação para regional por conta que eu tinha recebido o diagnóstico de autismo esse ano e a escola falou que não podia fazer nenhuma adaptação para mim até eu ter um laudo, E aí a gente levou o laudo e passou mais ou menos um mês e meio e não foi dada nenhum retorno, da escola e por isso minha mãe teve que entrar em contato com a regional (...)” - Michael

Essa questão pode ser relacionada com a discussão de Bell Hooks (2017) sobre como as experiências de cada aluno e as relações com a comunidade também devem ser consideradas para a criação de uma educação mais significativa para todos, pois combate a ideia de que os professor ou outros alunos merecem mais que outros dentro de sala de aula, na perspectiva de possibilidade de fazer com que os que estão sendo diminuídos possam usufruir de uma pedagógica que inclua, escute e acolha suas vivências, por menores que sejam.

C. Impactos do afastamento e perspectivas

C1. Trauma

As experiências negativas na escola, especialmente o bullying, podem gerar traumas que dificultam o retorno, como exemplificado anteriormente, alguns adolescentes relatam experiências traumáticas específicas que contribuíram para o afastamento, como ser chamado de "burro" por um professor ou sofrer agressões.

“aconteceu já de tacarem bolinha de papel em mim esse ano, de cair bolinha de papel na minha mesa ou do lado da minha mesa e o pessoal falando que tava tentando acertar a lixeira, mas a lixeira estava do outro lado, então não tinha nada a ver comigo sabe? Porque eu tava num canto e a lixeira estava no outro canto, então não tinha como ele estarem tentando acertar a lixeira e às vezes eu também não conseguia compreender se realmente estavam tentando acertar a lixeira ou se tava tentando me acertar” - Michael

“está aí, em uma outra escola um menino me chutou na minha intimidade e cortou a minha roupa não acreditaram nisso, me chamaram de louca, aí aconteceu com outra garota isso e aí sim eles fizeram alguma coisa” - Ka

Segundo Faria et al (2021), a experiência de eventos violentos nas escolas gera impactos nocivos nas vítimas, especialmente quando contra crianças e adolescentes, esse impacto abrange questões de concentração, desempenho escolar e interesse em frequentar. O autor em sua pesquisa, quantificou que a violência escolar impacta negativamente no desempenho

escolar nas matérias de Português e Matemática, consequentemente nas médias apresentadas no estudo, além disso, pontua que o ambiente violento contribui para o aumento das faltas e a evasão escolar (Faria et al, 2021).

“eu não sinto mais vontade de estudar” - Raquel

“(...) infelizmente para mim acabou porque eu tô no último ano ensino médio e eu lutei o tempo todo, desde sempre para me manter no ambiente, mas eu não vou ter a oportunidade de fazer o ensino médio de novo (...) tô fazendo atividade impressa e agora eu tô levando essas minhas atividades (...)” - Michael

A falta de significado e conexão com a realidade nas matérias escolares também é um tema nas entrevistas. Um estudante menciona ter mais interesse por matérias de humanas, como artes, história, sociologia e filosofia, do que por matemática, física e química. Paulo Freire na Pedagogia do Oprimido (1987) destaca como a educação tradicional, ao se afastar da realidade dos alunos, gera desinteresse e desmotivação por buscar uma educação normativa e “bancária”, de modo que a trajetória do aprendizado esteja apenas na memorização de conteúdo sem entender fielmente do porquê está sendo aprendido e como esse aprendizado pode ser mais significativo para os alunos.

C2. Desejo de Retornar

Apesar das dificuldades, muitos estudantes expressam o desejo de voltar a estudar e concluir o ensino médio, entrelaçado ao gostar de ir para escola e devido à preocupação dos pais. A busca por um futuro melhor, a vontade de aprender e o sonho de uma carreira são os principais motivadores.

“eu gostava bastante, de aprender mesmo eu achava divertido aprender e voltar para contar para os meus pais que tinha aprendido no dia” - Alex

“eu só consegui ir nos primeiros dias, mas depois disso não (...) eu vou tentar conseguir mais eu não tenho certeza (...) é que eu gosto muito de aprender as coisas eu quero tentar voltar” - Mahina

“eu quero me formar em biologia marinha e cuidar dos animais” - Ka

A Educação para Jovens e Adultos - EJA também foi uma alternativa para dois adolescentes entrevistados, de modo que pudessem concluir a vida escolar. A EJA é uma modalidade de ensino que abrange jovens e adultos a partir dos 15 anos para o ensino fundamental e a partir dos 18 anos para o ensino médio, sendo oferecida para aqueles que não completaram o ensino na idade esperada (SEE-DF, 2025). Essa modalidade é buscada por pessoas que passaram por diferentes exclusões durante a vida pessoal e escolar, como já relatadas neste estudo, como também por desigualdades de classe, raça e gênero, sendo atravessadas principalmente pelo trabalho (Santos e Silva, 2020).

Assim que os adolescentes buscam retornar para a escola, seja ela no ensino regular ou na EJA é necessária que a saúde juntamente com a escola, possam realizar um plano de retorno, principalmente após longos períodos de estudos domiciliares. Essa volta pode ser estruturada em conjunto com o adolescente, tornando-o protagonista do seu processo de cuidado, um bom material que pode ser utilizado é o documento “De volta à escola: estratégias para a acolhida após-isolamento social.” do Instituto Ayrton Senna (2022) traça estratégias visando o retorno do pós-pandemia, tendo como principal contribuição ênfase em cuidar

das emoções e sentimentos do corpo docente, pedagógico e discente, promovendo uma retomada pautada no acolhimento e na empatia. Esse material tem como foco planejar o retorno às atividades presenciais, empregando o conhecimento das competências socioemocionais, descritas como “Foco, Respeito, Empatia, Tolerância ao Estresse e Imaginação Criativa”, disponibilizando de materiais práticos para realizar com os estudantes bem como estruturação de fortalecimento de pontos importantes para auxiliar a retomada, como promover um espaço seguro, estável e com momentos de escuta para um bem-estar emocional (Instituto Ayrton Senna, 2022).

Esses conhecimentos e processos permitem que o aluno retorne para a escola em um ambiente diferente do que deixou durante o acontecido, favorecendo sua permanência no ambiente de modo que possa desenvolver seu aprendizado de maneira íntegra.

C3. Necessidade de Mudanças

Os adolescentes apontam a necessidade de mudanças na escola para evitar que outros passem pelas mesmas dificuldades, a importância de um ambiente acolhedor, com mais apoio e compreensão, e o combate ao bullying e à discriminação são destacados.

“tem alunos que precisa de atenção, tem aluno que precisa de uma palavra de conforto, de uma ‘incentivação’ entendeu (...) Aí eles também têm que amadurecer um pouco e tentar entender também os alunos, entendeu (...) não pode humilhar, tem que tentar entender o que tá se passando porque, por qual motivo, o que que tá acontecendo que que tá levando o aluno a pensar isso, tem que conversar tem que ter um diálogo” - Mãe da Raquel

Nos trechos apresentados acima, ilustra como a falta de diálogo e de escuta atenta nas relações entre alunos e professores é evidente, Paulo Freire (1987) enfatiza o diálogo como ferramenta essencial para uma educação libertadora, onde educadores e educandos aprendem juntos, construindo conhecimento de forma conjunta e crítica, pois é no momento da fala onde uma escuta e outro fala é possível fazer a interlocução do que é vivido com o que é experienciado. Dessa forma, o diálogo é apresentado como um caminho para a conscientização e para a transformação da realidade já que concretiza que o local do oprimido não é permanecer no ambiente hostil, por mais estruturado que ele seja, mas que consiga, por meio da palavra, que se humanize para humanizar o mundo (Freire, 1987).

A necessidade de mais profissionais capacitados, incluindo psicólogos e monitores para alunos com deficiência, também é mencionada, principalmente quando observam as próprias experiências negativas advindas de professores e na convivência de outros alunos que possuem necessidades de acompanhamento escolar.

“seria bom ter uma pessoa que ficasse verificando as salas de vez em quando, porque as professoras, às vezes, parece uma coisa, mas só que quando tá sozinho com os alunos ela age de total diferente” - Alex

“incentivar os alunos a estudar porque sem estudo a gente não é ninguém, se com um estudo já tá difícil (...) Aí essas escolas também não toma assim, providência também de procurar entender os alunos, entendeu? Para ver o que que tá passando com eles, entendeu? Eles quer tá lá, para ele tá tudo bem se tá dando aula se tá ganhando dinheiro deles né” - Mãe da Raquel

“A minha amiga, que ela é deficiente intelectual ela tem a necessidade de ter um monitor acompanhando ela na escola, na escola sempre chegam educadores sociais voluntários todos os anos e os cargos que eles ocupam é no setor pedagógico, sendo que essas pessoas a função dela começou a existir justamente para acompanhar pessoas que têm deficiência. Então eu vi acontecer muitas vezes da minha amiga chorar e começar a ficar perdida no ambiente começar a chorar e não tinha ninguém” - Michael

Esse movimento de estar desligado do processo de inclusão e aprendizagem como uma ferramenta de liberdade é descrita por Bell Hooks (2017) como um processo no qual os professores, quando não estão engajados no processo de ensino e aprendizagem, os alunos também não vão possuir esse comportamento, motivando o desinteresse.

A autora reconhece que os professores estão enfrentando a apatia nesse processo, e sugere que sejam buscados novas maneiras de ensinar de modo que auxilie no engajamento profissional, consequentemente os dos estudantes também, inspirando-se na pedagogia crítica de Paulo Freire, que vem de contraponto à psicologia bancária, criando o espaço educacional em um local que promove autonomia, diálogo e conscientização do processo de ensino-aprendizagem, de modo que os alunos sejam capazes de problematizar e criticar eventos e experiências, tendo o professor como um mediador e alicerce na transformação social (Hooks, 2017).

“eu acredito que não dava para mudar o passado, mas o que dá para fazer, é fazer novas ouvidorias, fazer novas queixas à Regional (...) maior a possibilidade de chegarem mais monitores preparados nas escolas, chegarem mais educadores sociais ocupando a posição de estar dentro da sala de aula, com as pessoas que têm deficiência. Aumentar o número de pessoas no SOE, porque na minha escola é mais ou menos 3.000 alunos e tem três pessoas que trabalham no SOE então eles não dão conta da demanda, a gente queixou disso também, não consegue culpabilizar eles porque não tem como dá conta de uma escola de 3.000 estudantes” - Michael

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos participantes da pesquisa com relação à escola, alguns reconhecem que os professores não receberam a devida orientação e estudo para lidar com algumas situações, demonstrando a esperança e enfatizando a necessidade de se atualizarem e buscarem aprender a lidar com os alunos que apresentam dificuldades, tornando o ambiente acessível para todos.

Sendo assim, os problemas relatados traduzem a urgência pela mudança do sistema escolar e a forma dos professores lidarem com essas demandas, pois existem leis, existem resoluções, e que aparentemente não têm sido cumpridas. O Movimento pela Base (2025) destacou a importância da formação de professores para abordar o tema da saúde mental de maneira mais efetiva reforçando a necessidade de uma mudança na educação básica que priorize o desenvolvimento socioemocional dos estudantes tanto quanto o desempenho cognitivo, esse processo integra a saúde mental no currículo de formação de professores de modo que possam ser aptos para identificar, manejar e encaminhar as questões relacionadas à saúde mental sem que se tornem psicólogos, mas que possa criar um ambiente acolhedor e preventivo ao agravo dos adoecimentos. A própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece as competências gerais que incluem o desenvolvimento socioemocional, mostrando o caminho que as escolas possam trilhar para atualizar os currículos, e transformando a educação de maneira integral que abarque as questões complexas que acometem os alunos hoje em dia (Movimento pela Base, 2025).

A implementação de forma efetiva dessas diretrizes, através de práticas pedagógicas conscientes e do fortalecimento da relação entre escola, família e comunidade, é fundamental para que as leis e resoluções existentes transformem a escola em um

ambiente verdadeiramente acolhedor e promotor da saúde mental de todos.

D. Papel do CAPSi e terapias no cuidado em Saúde Mental

O CAPSi e a terapia são mencionados como importantes para o retorno à escola e para o bem-estar emocional dos alunos, o acompanhamento psicológico é apontado como essencial para lidar com os traumas e dificuldades, assim como a falta dele influenciou na piora dos sintomas e no desgaste emocional com o decorrer dos anos escolares.

“(...) essa minha queixa de precisar de um psicólogo acabou que foi sendo enterrada com um monte de compromisso, tarefa que tinha, um monte de coisa para resolver e acabou que não foi dado tanta importância, e aí eu segui mais uns dois anos no Ensino Fundamental com essas questões e elas foram piorando, a questão do bullying, do sofrimento” - Michael

Essa falta de apoio é sentida pelos estudantes, principalmente porque acreditam na necessidade de se ter um psicólogo para lidar com os acontecimentos da escola.

“a gente percebe estar sempre aumentando cada vez mais o número de pessoa com transtornos mentais e pessoas com deficiências, sempre vai ter pessoas com deficiência dentro das escolas, não tem como não ter um psicólogo, por exemplo, dentro do ambiente escolar” - Michael

Em agosto de 2024, o Brasil de Fato realizou uma reportagem sobre a presença de psicólogos e assistentes sociais dentro das escolas do Distrito Federal (DF) pois o Tribunal de Contas do DF considerou “insuficiente a quantidade de psicólogos e assistentes sociais para atender estudantes, professores e outros profissionais de educação da rede pública de ensino do DF”, constatou-se que, possuía 93 psicólogos atuantes para 823 escolas públicas, representando uma cobertura de apenas 11% das instituições. Na Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEE-DF contam com 105 profissionais de psicologia, esse número diminui ainda mais quando se aprofunda nos cargos ocupados por esses servidores, sendo 35 ocupando posições administrativas (Brasil de Fato, 2024)

De acordo com a Câmara Legislativa do Distrito Federal (2021), a Lei nº 6.992/2021 do DF prevê a presença de ao menos 1 (um) psicólogo para escolas públicas e privadas, com mais de 200 alunos em todos os níveis de ensino, de modo que possam realizar uma assistência especializada para os alunos que apresentem dificuldade de aprendizagem e/ou algum transtorno mental. Dessa forma, constatou-se por meio da reportagem que essa lei não está sendo cumprida, necessitando que as autoridades do Estado providenciem novos concursos e nomeações para suprir a demanda.

Com a falta de assistência e o agravo do sofrimento psíquico os adolescentes se tornam elegíveis aos CAPSi, que tem como foco atender

crianças e adolescentes que apresentam prioritariamente intenso sofrimento psíquico decorrente de problemas mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso decorrente de álcool e outras drogas, e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida (Brasil, 2025)

Buscam no serviço de saúde mental um acompanhamento especializado para suas demandas, com atendimentos individuais, familiares, porém, prioritariamente grupais. Os adolescentes participantes da pesquisa relatam a importância do

CAPSi durante o enfrentamento do adoecimento em decorrência do bullying, exclusão e afastamento escolar, colocando-o como ponto importante para tentar permanecer ou retornar à escola.

“o CAPS me ajudou muito desde que eu entrei para cá, em 2022, eu melhorei muito quando eu vim para cá, com ajuda e com o laudo de autismo que eu recebi me ajudou a voltar, o grupo você tem que socializar né, porque ele melhorou minha socialização, porque se fosse meu eu de 2022, eu nunca estaria aqui, eu recusaria” - Thales

“(...) eu lutei tudo que eu podia lutar e até eu fiquei em acompanhamento dentro da escola com o SOE orientação Educacional e acompanhamento com CAPS, e o CAPS fez visitas na escola para tentar fazer essa ponte tentar adequar comunicar informar o pessoal da escola (...)” - Michael

O CAPSi é esse serviço que trabalha de maneira multiprofissional e interligada com outros pontos de atenção, sendo elas de saúde, assistenciais ou educacionais (SES-DF, 2024). Segundo Viegas et al (2018) tem crescido o número de atendimentos com a demanda de dificuldades escolares e de aprendizagem, o estudo realizou entrevista com psicólogos de um Centro de Atenção Psicossocial do Estado da Bahia e como tem sido feito os atendimentos para esse público, demonstraram que esses assuntos são difíceis de serem atendidos e trabalhados dentro do serviço por não contarem com recursos especializados para questões escolares e de irem de encontro com encaminhamentos tendenciosos que buscar a medicalização do sintoma, sem avaliar o contexto histórico, social, pedagógicos, econômicos e institucionais.

É necessário que quando esses casos cheguem até os serviços especializados em saúde mental, que seja feito essa avaliação de maneira integral do paciente, sempre buscando a interlocução com a equipe escolar e a família compreendam o que está para além da queixa, promovendo o pensamento crítico e empoderado do que é saúde mental e orientando os processos da infância (Viegas et al, 2018).

4. Discussão

A pesquisa demonstra que a evasão escolar de adolescentes possui forte ligação com as questões de saúde mental, como o adoecimento psíquico, bullying e dificuldades de aprendizagem como uma problemática para a educação brasileira. Esse cenário é evidenciado pelas narrativas dos adolescentes atendidos no CAPSi do Distrito Federal no qual foi realizado a pesquisa, promovendo uma reflexão profunda para o que pode ser feito diante da complexidade das temáticas apresentadas.

Um dos pontos importantes levantados pela pesquisa é a falta da escuta qualificada nas relações escolares, constatação essa, que reverbera na pedagogia de Paulo Freire (1987) que destaca o diálogo como um dispositivo essencial para uma educação libertadora, onde os professores e alunos aprendem juntos, na construção do conhecimento crítico. Esse processo é evidenciado também por Viégas (et al, 2018) que ressalta a importância da criação de ações de diálogo entre os pares, bem como a formação dos educadores para abordar a saúde mental de modo eficiente, nesse sentido, é propõe-se que as escolas possam implementar espaços sistematizado para realizar essa troca que envolve todo o corpo estudantil.

Para isso, é de suma importância que a escola desenvolva pedagogias engajadas e voltadas para o pensamento crítico, libertador que vão contra abordagens sistemáticas, valorizando o diálogo, a escuta, a diversidade e o protagonismo que os alunos possuem, assim como desenvolvido por Paulo Freire e Bell Hooks em suas bases teóricas utilizadas no presente trabalho, a fim de permitir trilhar caminhos de transformação rumo à uma educação mais justa e humanizada.

A falta de vontade de estudar demonstra que a educação como um todo, deve se tornar mais atrativa e adaptativa para a realidade dos jovens, há algumas estratégias já existentes, como a educação permanente de professores e comunidade escolar

que promove o ensino fluido e mais humano, possibilitando um olhar cuidadoso para a saúde mental dos adolescentes.

A educação permanente dos professores devem possuir o letramento em saúde mental, que fortalece a capacidade de reconhecer quando os alunos necessitarem, Donegá, Cláudia, gestora de projetos do Instituto Ame Sua Mente (Movimento pela Base, 2025), esclarece que o objetivo não é sobrecarregar os professores, mas sim fundamentá-los com ciência para identificar, fazer manejo simples e encaminhar adequadamente os casos, utilizando também da BNCC no que se refere às competências gerais, como Autoconhecimento e Autocuidado, a Empatia e Cooperação, e a Responsabilidade e Autonomia, nas formações.

Esse entendimento se alinha com as diretrizes da PL-3383-2021, que promove a formação continuada de profissionais da educação em saúde mental - Art. 3º, V - (Congresso Nacional, 2021), a implementação de práticas como essas, contribuem para um ambiente escolar acolhedor e promotor do desenvolvimento de habilidades auxiliadoras do processo de lidar com as emoções e os desafios do dia a dia, reduzindo o impacto de fatores como o bullying. Na mesma política, no Art. 6º prevê a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, que representa um marco importante para a consolidação de ações de saúde mental no ambiente escolar, por meio de elaboração de planos de trabalhos intersetoriais em um trabalho de parceria saúde-escola (Art. 4º) que especificam as competências dos agentes envolvidos no alcance do plano, que posteriormente devem ser repassados e apresentados relatórios de avaliação para o grupo de trabalho envolvido em cada caso (Brasil, 2021).

A pesquisa de Vieira, et al (2020) investiga os danos causados pelo bullying na saúde mental de maneira imediata - isolamento social, faltas, dificuldade na aprendizagem - e a longo prazo - baixa autoestima, dificuldade em se relacionar com os pares, sofrimento e bloqueios psicológicos -, evidenciando que o cenário escolar brasileiro continua sendo um espaço de disseminação de violência, tornando urgente avançar na prevenção e minimização do bullying, que prejudica o processo ensino-aprendizagem e afeta a qualidade de vida das vítimas, agressores e testemunhas, sendo considerado um problema de saúde pública. Como já apresentado nos pontos anteriores, é necessário que seja percebido as consequências desses atos violentos, e programar um trabalho conjunto na criação de espaços de representação e acolhimento para os estudantes, como a criação de grêmios estudantis e reuniões periódicas com os representantes discentes e docentes para avaliação do cotidiano escolar.

O CAPSi, nesse contexto, atua como um serviço de cuidado interprofissional e interligada com outros pontos de atenção, incluindo as escolas, colaborando fortemente na elaboração de projetos que viabilizem esses espaços de educação social em saúde mental para a comunidade escolar como um todo. A efetividade dessa colaboração intersetorial, conforme preconizado pelo PSE, promove a articulação entre saúde e educação para contribuir na prevenção da evasão escolar relacionada à saúde mental e ao bullying.

Pode-se concluir, ainda que não no presente trabalho, que a oferta de atividades extracurriculares e do ensino técnico integrado como os Institutos Federais permitem que a evasão diminua, como o acesso a atividades práticas, refeitórios e acesso a programas de assistência estudantil (Ministério da Educação, 2023), além de permitir que o adolescente vislumbre possibilidades de um futuro estabilizado, quando além do diploma do ensino médio, o adolescente se forma como técnico e abre portas para outras oportunidades, sejam elas acadêmicas ou no mercado de trabalho em áreas de seu interesse que estão disponíveis em sua região.

O Programa Pé de Meia do Governo Federal também pode ser um importante aliado no combate à evasão quando atrelado às estratégias já elencadas nesse trabalho, como a adequação escolar e educação permanente, pois prevê incentivos financeiros em 4 modalidades para os adolescentes do ensino médio, que podem ter acesso ao dinheiro na conclusão dos estudos. Os incentivos estão separados em

Incentivo-Matrícula: por matrícula registrada no início do ano letivo, valor pago uma vez por ano;
Incentivo-Frequência: por frequência mínima escolar de 80% do total de horas letivas, aferida pela média

do período letivo transcorrido ou pela frequência mensal do estudante, valor pago em nove parcelas durante o ano; Incentivo-Enem: por participação comprovada no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), valor pago uma única vez ao estudante matriculado na 3^a série da etapa, cujos depósito e saque dependem da obtenção de certificado de conclusão do ensino médio; e Incentivo-Conclusão: por conclusão dos anos letivos do ensino médio com aprovação e participação em avaliações educacionais, cujos depósito e saque dependem da obtenção de certificado de conclusão do ensino médio (Brasil, 2025)

Os incentivos podem chegar até 9.200 reais por aluno, e para participar devem possuir o Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo com o foco de viabilizar o acesso à mobilidade social e diminuir os afastamentos, esse programa também está disponível para os alunos matriculado na EJA, tendo em vista que essa modalidade de ensino tem sido buscada pelos adolescentes como uma alternativa para retornar à escola, possibilitando que façam o uso desse direito tão importante que assegura um valor para iniciar a vida após a conclusão do ensino médio (Brasil, 2025).

5. Considerações Finais

Dessa forma, tem-se observado como as questões escolares e dificuldade de aprendizagem vem acometendo a infância e a juventude, causando assim problemas na saúde mental. Fato esse, que pode ser observado durante as reuniões de equipe e na participação dos grupos terapêuticos ofertados por um dos CAPSi do Distrito Federal. O assunto da evasão escolar foi pauta por algumas vezes, tendo em vista que os relatos de adolescentes que evadiram da escola estavam aumentando dia após dia, juntamente com a demanda de pedidos de atestados prolongados realizados apenas por médicos.

O estudo destaca que as vivências dos adolescentes entrevistados não dizem sobre fatos isolados, mas sobre um reflexo do sistema educacional, que na maioria das vezes, tem sido insuficiente em acolher e atender as demandas dos alunos, promovendo uma educação de fato libertadora. Os relatos vêm de encontro a um chamado de ação, um convite para que educadores, gestores e toda a comunidade escolar possa refletir as práticas utilizadas em suas instituições e incentivar a construir práticas em que os alunos sejam valorizados, respeitados e se sintam seguros em existir.

Como reflexão, os participantes acreditam que os professores necessitam de capacitação para lidar com as diferenças de cada aluno, bem como tornar a escola em um ambiente acolhedor, pois a falta dele causa desânimo em estar presente. A importância de intervir e contribuir para o diálogo de forma eficaz no combate ao bullying e discriminação, envolvendo corpo estudantil, docente e familiar.

Por fim, considerando a forte ligação entre saúde mental e o sucesso na trajetória escolar de adolescentes, conforme evidenciado na pesquisa, promover o fortalecimento dos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil surge como uma demanda urgente, já que desempenha um papel crucial no cuidado da saúde mental, oferecendo suporte terapêutico que pode auxiliar no retorno e na permanência dos jovens na escola. Ao investir no CAPSi, assegura-se um apoio multiprofissional essencial para lidar com questões como bullying, dificuldades de aprendizagem e outros fatores que podem levar à evasão escolar, contribuindo, assim, para que a escola cumpra sua missão de formação integral e bem-estar dos estudantes.

Referências

- Alves, E. S., & Francisco, A. L. (2009). *Ação psicológica em saúde mental: uma abordagem psicossocial*. Psicologia: Ciência e Profissão, 29(4), 768–779.
- Bardin, L. (2008). Análise de conteúdo. (5. ed.) Lisboa: Edições 70.
- Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.
- Batista, S. D.; et al. (2009). A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. Revista Profissão Docente, Uberaba, 9(19). ISSN 1519-0919.

Beltrame, M. M.; & Boarini, M. L. (2013). Saúde mental e infância: reflexões sobre a demanda escolar de um CAPSi. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(2), 336–349.

Brasil. (2011). Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União.

Brasil. (2012). Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2012.

Brasil. Ministério da Educação. (2025). Pé-de-Meia. <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>.

Brasil. Ministério da Saúde. (2015). Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA. Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. Ministério da Saúde. (2025). Composição: Saúde, Atenção Especializada à Saúde, Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps/caps>.

Brasil de Fato. (2024). Apenas 93 profissionais estão atuando em psicologia escolar em 825 escolas públicas do DF, mostra TCDF. <https://www.brasildefato.com.br/2024/08/04/apenas-93-profissionais-estao-atuando-em-psicologia-escolar-em-825-escolas-publicas-do-df-mostra-tcdf>.

Câmara Legislativa do Distrito Federal. (2021). Lei nº 6.992, de 7 de dezembro de 2021. Dispõe a garantia de acompanhamento assistencial para alunos e profissionais das escolas públicas e privadas do Distrito Federal e da outras providências.

Cid, M. F. B., Squassoni, C. E., Gasparini, D. A., & Fernandes, L. H. de O. (2019). Saúde mental infantil e contexto escolar: as percepções dos educadores. *Proposições*, 30, e20170093.

Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. (2001). Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 2001, Seção 1E, p. 39–40.

Congresso Nacional (Brasil). Câmara dos Deputados. (2023). Projeto de Lei nº 3383, de 2021 (Substitutivo da Câmara dos Deputados). Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Brasília.

Cordeiro, A. F. M.; Buendgens, J. F. (2012). Preconceitos na escola: sentidos e significados atribuídos pelos adolescentes no ensino médio. *Psicologia Escolar e Educacional*, 16, 45–54.

Da Cunha, A. J. (2013). A importância das atividades extracurriculares na motivação escolar e no sucesso escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Fernando Pessoa, Portugal.

Digiácomo, M. J., & Digiácomo, I. de A. (2013). Estatuto da Criança e do Adolescente: Anotado e interpretado. SEDS.

Faria, A. C. L., Cassuce, F. C. da C., & Teixeira, E. C. (2021). Violência nas escolas e desempenho dos estudantes do ensino médio no Brasil. *Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas*, 5(2), 137-158.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17ª ed.). Editora Paz e Terra.

Frescura, E. de F.; Rodrigues, G. N.; de Conti, M. J.; Nazar, T. C. G. (2023). Sintomas e fatores associados à depressão e à ansiedade em estudantes adolescentes de escolas públicas. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 15(12), 17239–17263.

Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. (6. ed.). Editora Atlas.

Hooks, B. (2017). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade* (2ª ed.). Editora WMF Martins Fontes.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). Necessidade de trabalhar e desinteresse são os principais motivos para abandono escolar. Agência de Notícias. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28286-necessidade-de-trabalhar-e-desinteresse-sao-principais-motivos-para-abandono-escolar>.

Instituto Ayrton Senna. (2020). De volta à escola: estratégias para a acolhida pós-isolamento social.

Lacerda, L. S. C.; De Lacerda, O. A.; & Galvão, S. M. B. (s.d.). O papel das escolas na promoção da socialização pós-isolamento social.

Leitão, I. B.; et al. (2020). Dez anos de um CAPSi: comparação da caracterização de usuários atendidos. *Psicologia USP*, 31, e190011.

Malta, D. C.; et al. (2010). Bullying nas escolas brasileiras: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15, 3065–3076.

Matias, N. C. F. (2010). A importância de políticas públicas além da escola formal para o desenvolvimento infantil e adolescente: uma revisão de literatura. *Interação em Psicologia*, 14(1).

Minayo, M. C. de S. (2014). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (14. ed.). Editora Hucitec.

Ministério da Educação. (2017, 20 de abril). Especialistas indicam formas de combate a atos de intimidação. Portal MEC. <https://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/47721-especialistas-indicam-formas-de-combate-a-atos-de-intimidacao>.

Ministério da Educação (MEC). (2023). MEC destaca importância dos institutos federais no Brasil. IFPR. <https://ifpr.edu.br/mec-destaca-importancia-dos-institutos-federais-no-brasil/#:~:text=Os%20Institutos%20Federais%2C%20presentes%20em,395%20estudantes%20e%2010.422%20cursos>.

Ministério da Saúde. (2005). Legislação em saúde mental (1990–2004): 5^a edição atualizada. Brasília, DF: Editora MS. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_saude_mental_1990_2004_5ed.pdf.

Movimento Pela Base. (2025). Recomendações para saúde mental no planejamento escolar. <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/saude-mental-recomendacoes-para-ajudar-no-planejamento-escolar/>.

Paranahiba, T. A.; Paranahiba, T. A. (2016). O uso do ECA no combate ao bullying. *Revista Jurídica do MPPR*, Curitiba, 5, 373–387, dez.

Pereira, A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [free ebook]. Santa Maria. Editora da UFSM.

Pinheiro, S. R. P.; Sehnem, S. B.; Rosa, A. P. (2017). Perfil epidemiológico dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I) do município de Joaçaba. *Pesquisa em Psicologia – Anais eletrônicos*, 171–180.

Pondé, M. P.; Mendonça, M. S. S.; Caroso, C. (2009). Proposta metodológica para análise de dados qualitativos em dois níveis. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 16(1), 129–143.

Rehbein, E. C.; et al. (2021). A evasão escolar na adolescência sob o olhar da psicologia: revisão de literatura. *Disciplinarum Scientia – Série: Sociais Aplicadas*, 17(1), 139–156. <https://doi.org/10.37778/dscsa.v17i1.3868>.

Ribeiro, C. M. R., & Miranda, L. (2019). *Saúde mental e educação: As relações entre o sofrimento psíquico e o abandono escolar*. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 40(2), 145–158. Universidade Estadual de Londrina.

Rolim, J. C. (2016). Bullying no ambiente escolar e seus reflexos na aprendizagem das crianças e adolescentes. Cabaceiras: UFPB.

Santos, P. dos; Silva, G. da. (2020). Os sujeitos da EJA nas pesquisas em educação de jovens e adultos. *Educação e Realidade*, 45(2).

Severo F. G., Moraes M. L., & Bones R. K. (2022). Análise dos pressupostos do paradigma psicossocial nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) na perspectiva de profissionais. *Ciências Psicológicas*, 16(2).

Silva, C., Veiga, F. H., Pinto, É., & Ribas, A. (2017). *Envolvimento dos alunos na escola e suas percepções acerca do apoio parental*. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, (Extr. 5), 28–32.

SEE-DF. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (2025). Secretaria faz campanha de incentivo à Educação de Jovens e Adultos. <https://www.educacao.df.gov.br/secretaria-faz-campanha-de-incentivo-a-educacao-de-jovens-e-adultos/>.

SES-DF. Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. (2024). CAPS i Taguatinga. <https://www.saude.df.gov.br/caps-i-taguatinga>.

Severo Ferreira, G., Moraes Moro, L., & Bones Rocha, K. (2022). Análise dos pressupostos do paradigma psicossocial nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) na perspectiva de profissionais. *Ciencias Psicológicas*, 16(2), e-2225.

Soprani, B. S.; Foresti, N. S.; Ricardo, L. S. (2024). Impactos e desafios do bullying no contexto escolar: uma revisão integrativa da literatura no campo da educação. *Revista Foco*, 17(5), e5130. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n5-179>.

Unicef. (2022). Educação brasileira em 2022 – a voz de adolescentes.

Vieira, F. H. M.; et al. (2020). Impactos do bullying na saúde mental do adolescente. *Ciência et Praxis*, 13(25), 91–104.

Viégas, L. S.; Freire, K. E. S.; Bomfim, F. B. (2018). Atendimento à queixa escolar nos serviços públicos de saúde mental da Bahia. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22, 133–140.